

Trabiju: pequena e pujante

Foto: divulgação Prefeitura

Existe uma controvérsia quanto à origem do nome da cidade. O próprio livro oficial do Estado de São Paulo aponta tanto a origem indígena quanto a francesa. Em Tupi significa “rio das baratas”, não se sabe por que. Os moradores da cidade preferem a outra versão: a esposa de um engenheiro francês que trabalhava na construção da ferrovia, encantada com a beleza do lugar, exclamou “très bijoux”.

O fato é que Trabiju nasceu em função da Estrada de Ferro Douradense. A construção da estação naquele local era estratégica para o transporte de café. Em 1900 a estação foi inaugurada e a vila começou a florescer.

Emancipada em 1997, a cidade está no quarto mandato executivo, e seu crescimento estrutural aconteceu a olhos vistos. Trabiju é a menor cidade da área de atuação da ABAG/RP. Tem 1.519 habitantes segundo estimativa do IBGE divulgada em 2009. Sua área de cerca de 6.400 hectares tem uma infra-estrutura de dar inveja aos municípios vizinhos. Tem 20 ruas totalmente asfaltadas e iluminadas. O lixo é recolhido 3 vezes por semana e é levado para o aterro sanitário do município. O esgoto é 100% coletado e tratado em sistema de lagoa.

A Unidade Básica de Saúde foi construída para ser um hospital, mas como a autorização não saiu, o prédio ficou para o atendimento primário. Ampla e bem equipada, funciona até às 22 horas com atendimento médico, psicológico, dentário e fisioterápico, em período integral. O Programa de Saúde da Família está estruturado para atender a uma população de 5 mil habitantes. É tudo reserva estratégica, diz o prefeito.

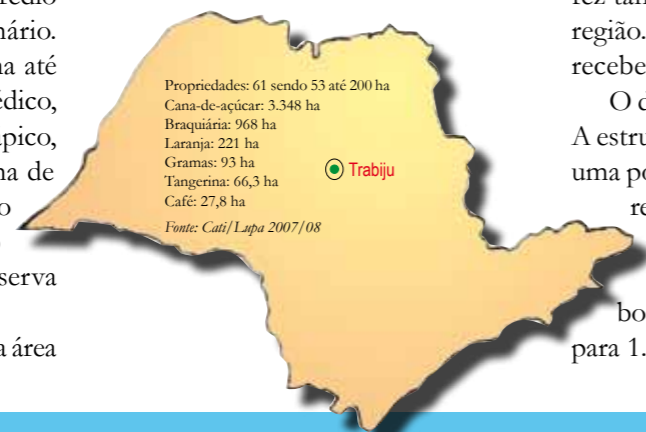
A reserva também acontece na área



As indústrias locais estão concentradas na entrada da pequena Trabiju, com suas 20 ruas e 1.519 moradores

da educação. A creche escola que está em construção terá capacidade para atender 150 crianças, mas a demanda hoje é por 40 vagas. Um mesmo prédio atende a educação básica municipal, do 1º ao 9º ano, durante o dia, e ensino médio estadual, no período noturno. O ginásio de esportes, em construção, atenderá aos alunos e toda a população, como já acontece com a piscina municipal. Os cerca de 40 universitários de Trabiju têm transporte subsidiado pela prefeitura.

A cidade tem comércio muito pequeno, basicamente de alimentos, mas se orgulha dos 4 postos bancários que possui, da agência do correio, da lotérica e de suas empresas. Um moinho, que hoje produz ração animal, emprega 70 pessoas. O incubatório abastece com pintainhos diversas granjas da região, e emprega 120 pessoas. A recicladora de sacos de café emprega outras 140.



Não há desemprego. Os menos qualificados trabalham como rurícolas, mas com a tendência de mecanização da agricultura regional, estão sendo capacitados. Uma nova indústria está prestes a se instalar na cidade. Uma fábrica de peças para motocicletas, com mais 50 vagas. Quatro indústrias para uma

cidade tão pequena é indicativo de qualidade de vida para todos.

As janelas e os portões abertos das casas refletem a segurança de Trabiju, que possui polícias civil e militar. O índice de criminalidade é tão baixo que na última distribuição de equipamentos o Secretário de Segurança do Estado brincou com o prefeito dizendo que não seria necessária mais uma viatura para a cidade.

Ao caminhar pelas ruas o som que se escuta é o de pássaros. Dentro da área urbana uma propriedade particular mantém uma mata nativa que atrai diversas espécies de aves. Tudo acontece sem pressa: as crianças brincando na rua, as mulheres varrendo as calçadas, os homens indo e vindo do trabalho. A tranquilidade só é quebrada no carnaval. Há 5 anos um baile ao ar livre para a população, com carros alegóricos de fundo de quintal, fez tanto sucesso que virou mania na região. No último carnaval a cidade recebeu cerca de 5 mil foliões.

O desafio é crescer com qualidade. A estrutura de Trabiju está pronta para uma população de até 10 mil moradores, “mas não precisa tanto”, diz o prefeito. O ritmo de crescimento populacional atual está de bom tamanho, de 1.441 em 2007 para 1.519 moradores atualmente.



Soja responsável: muito além do bioma amazônia

Com o objetivo de não adquirir soja plantada em áreas recém desmatadas do Bioma Amazônia, foi criada a Moratória da Soja, em 24 de julho de 2006. A idéia inicial era de vigência por dois anos, mas foi prorrogada em 2008 e, novamente, em 2009. Assim, até junho de 2010 indústrias e exportadores associados à ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e à ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) se comprometeram a não negociar a oleaginosa proveniente de áreas desmatadas após julho de 2006, no intuito de balancear o desenvolvimento econômico e a preservação socioambiental no Bioma Amazônia.

Para a execução do compromisso foi criado o GTS-Grupo de Trabalho da Soja, composto pelo setor empresarial, representado pela ABIOVE, ANEC, ADM, Amaggi, Bunge e Cargill, e pelas ONGs Conservação Internacional, Greenpeace, IPAM, The Nature Conservancy e WWF Brasil. Outras ONGs e empresas, associadas à ABIOVE e à ANEC, também partici-

pam ativamente da moratória. No GTS é estabelecida a agenda de trabalho e são tomadas decisões estratégicas e coordenadas sobre as ações que serão desenvolvidas.

Os resultados foram reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente: “A soja deixou de ser um fator relevante no desmatamento da Amazônia”, declarou o ministro Carlos Minc. O primeiro monitoramento, realizado por meio dos levantamentos de campo para a safra 2007/08, concluiu que não houve plantios de soja nas 195 áreas desmatadas, acima de 100 ha. No segundo monitoramento, realizado entre dezembro de 2008 e março de 2009, a superfície monitorada aumentou em 108.087 ha, chegando a 157.896 ha, onde em apenas 0,88% da área total monitorada foi realizado o plantio de soja. Porém, os controles realizados pelas empresas impediram que essa soja fosse inserida no processo comercial do qual as signatárias da Moratória fazem parte.

A soja ocupa no Brasil uma área de cerca de 22 milhões de hectares, desse total 1,7 milhão de hectares estão no chamado Bioma Amazônia, uma

pequena área comparada ao tamanho do bioma, que corresponde a 49% do território nacional.

Os resultados falam por si, mas empresas e entidades participantes do processo concordam que é preciso aprimorar os critérios de monitoramento para a próxima safra e construir, com esforço de governança, soluções permanentes que irão além da própria prorrogação da moratória. O esforço é buscar um novo modelo aplicável também às demais áreas produtoras do país. Assim, o setor, representado pela Abiove, Anec e seus associados, com o endosso e participação de representantes da Sociedade Civil organizada propõem um formato inovador e inédito de verificação, que irá além do Bioma Amazônia.

Os critérios para essa verificação devem considerar a conformidade legal, as boas práticas agrícolas e de negócios, condições de trabalho responsável, responsabilidade ambiental, entre outros. Os caminhos ainda estão sendo construídos e devem ser objeto de discussão de toda a cadeia produtiva da soja, academia e sociedade.



Soja: 40 anos de "sucesso" em São Paulo

Enquanto o mundo celebra a chegada do homem à Lua, em 1969, na região de Orlândia era um novo uso das terras que era comemorado. O ano foi marcante para os agricultores, principalmente os cooperados da Carol, Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia, que visitaram as plantações e o processo de industrialização da soja no Rio Grande do Sul. A nova cultura já existia na Alta Mojiana, mas comercialmente não representava nada para a agricultura paulista.

Desde 1931 o imigrante japonês Kindi Hayashibara intercalava a soja, plantada manualmente, entre seus 1.000 pés de café, em São Joaquim da Barra. Mas depois de usar em casa e distribuir para os amigos, não tinha o que fazer com o grão, que acabava como ração para os porcos. Em 1946 o produtor Carlos Enout plantou 5 alqueires e conseguiu um bom resultado, mas como não tinha máquinas para colher, não ampliou a cultura.

O engenheiro agrônomo José Gomes da Silva foi um dos incentivadores do cultivo da soja na região de Orlândia. Especializado no assunto pela Universidade de Illinois foi, de acordo com o então presidente da Carol, Geraldo Diniz Junqueira, um visionário do que a oleaginosa poderia representar para o Brasil.

No início da década de 50 o governo de São Paulo tentou impulsionar o plantio de soja, mas como as variedades eram de baixa produtividade os agricultores não se entusiasmaram com a cultura.

Uma das exceções foi o produtor Eduardo Diniz Junqueira, que acreditou na soja e abriu, em 1959, mil hectares de cerrado na região de Morro Agudo. Ele iniciou o cultivo do grão interessado em suas qualidades agronômicas, capazes de levar nutrientes ao solo pobre do cerrado paulista. Cerca de 70% da região de Orlândia eram de cerrado. O café e o algodão eram plantados nos 30% de terras mais férteis.

Nos anos 60 os produtores da região passavam por momentos delicados, decorrentes da queda dos preços do algo-



Geraldo Diniz Junqueira

ção, que substituiu o café depois da crise de 29. A formação da Carol, em 1963, foi uma resposta às dificuldades impostas pelo alto custo de produção do algodão, uma cultura que exigia intensos cuidados e muitos insumos. O investimento inicial da Cooperativa ficou por conta da compra de máquinas, para beneficiar a fibra e agregar valor ao produto. Mas em menos de 5 anos as máquinas estavam praticamente ociosas. O plantio de algodão já não interessava aos cooperados. Era preciso buscar uma alternativa, e a soja apareceu como solução.

Foi em busca de *know-how* comercial na produção de soja que os diretores da Carol viajaram até o Rio Grande do Sul, em 1969. Os agricultores da Alta Mojiana conheceram a variedade Santa Rosa, mais produtiva, e detalhes sobre armazenamento e comercialização do grão. Os gaúchos se "renderam" à soja a partir da chegada de chineses ao sul do país, imigrantes que se instalaram fugindo da revolução comunista. Os orientais já tinham o conhecimento industrial do produto. Sabiam extrair o óleo e tinham experiência na comercialização dos derivados do grão.

Três anos depois, em 1972, a Carol inaugurava seu silo graneleiro, com capacidade para 60 mil toneladas de grãos. No ano seguinte já fazia sua primeira exportação de soja. A cooperativa se tornou referência para os agricultores paulistas, termômetro de mercado, já que remunerava seus produtores muito



Fotos da histórica viagem de 1969



Cooperados da Carol em visita a Santo Ângelo (RS) para conhecer o plantio e a industrialização da soja

acima da média do Estado. Foi o início do ciclo virtuoso que faz da Carol uma das maiores cooperativas agrícolas do país.

Dos 59 fundadores, e com atuação restrita no estado de São Paulo, a Carol passou a atender cerca de 4 mil produtores cooperados dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Mato Grosso. A expansão da Carol, nos anos 90, aconteceu devido à expansão da fronteira agrícola. A cooperativa abriu filiais em novas regiões para servir seus cooperados. Hoje a soja na área de atuação da Carol em São Paulo, cerca de 50 municípios, ocupa 100 mil hectares, 60% em rotação de cultura com a cana-de-açúcar.

Geraldo Diniz Junqueira não economiza palavras para contar a história da soja na região. Ele começa narrando a chegada dos migrantes vindos do sul de Minas Gerais, em 1810, até a fundação da cooperativa e tudo o que aconteceu até chegar ao *status* atual: "Historicamente não há cultura mais importante para a agricultura e a economia brasileira. A soja tem uma capacidade de adaptação e vantagens agronômicas, que permitiram a ocupação do solo pobre da região da Alta Mojiana e do centro-oeste brasileiro. É o carro chefe das exportações brasileiras, e além de tudo é uma fonte de proteína inigualável. A Carol se orgulha em fazer parte desta história que

ainda tem muitos capítulos para serem escritos. A soja já superou muita coisa, do preconceito dos consumidores ao ceticismo dos governantes. Hoje enfrenta o preconceito dos ambientalistas. Vamos ver o que virá amanhã", concluiu Geraldo Diniz Junqueira, que aos 87 anos continua ativo e entusiasmado com a oleaginosa.

Carol em números (2008)

- Faturamento: R\$ 1,4 bilhão
- 4 mil cooperados
- 1.250 funcionários
- 36 lojas
- 48 unidades de atendimento e prestação de serviços espalhadas por São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
- 28 silos com capacidade estática de 760 mil toneladas
- 4 unidades de sal mineral e rações
- 2 indústrias de processamento de soja
- 3 unidades de beneficiamento de sementes
- Movimentação de grãos - superior a 1 milhão de toneladas



Vista aérea da sede da Carol, em Orlândia (SP)